

DEMOCRACIA E LIBERDADE, EM ÁFRICA

LOURENÇO DO ROSÁRIO*

Quando um encontro como este serve para comemorar a independência de um País, Moçambique, e quando ao mesmo tempo se colocam diversas interrogações sobre o rumo que os países africanos podem tomar, é natural que seja necessário procurar reflectir sobre os factores que eventualmente bloqueiam os processos de governação africana de forma a que os seus povos possam aspirar a viver em paz com os seus dirigentes e na sua terra.

A colonização portuguesa, contrariamente àquilo que os directos interessados pretendem fazer crer, não foi, quanto à natureza, diferente de outras colonizações europeias, em África. Podemos afirmar que as diferenças se situam no estilo. Deste modo, a aparente tolerância racial tão propalada pelas autoridades coloniais, defendida, inclusivamente, por certos antropólogos ao seu serviço, coadunava-se com o estágio de desenvolvimento sócio cultural em que se encontrava a maior parte dos agentes da colonização portuguesa, em Moçambique, como, de resto, nas restantes colónias portuguesas, em África.

A formação sócio-cultural do povo de Moçambique, enquanto grupo social que ocupa um espaço geográfico determinado, fez-se ao sabor das vicissitudes e precariedades do sistema colonial que um país pobre como Portugal podia oferecer, económica, histórica, social e culturalmente.

Toda a História da colonização de Moçambique transporta consigo os dados fundamentais dos problemas que hoje se vivem: um País geograficamente recortado e por consequência, de difícil e cara dotação de infraestruturas adequadas para o seu desenvolvimento, com uma taxa de analfabetos que praticamente inviabiliza qualquer projecto de desenvolvimento que passe pela necessidade de recursos humanos minimamente preparados para o efeito, bem como uma descontinuidade etno-cultural que favorece mais as forças centrífugas.

* Departamento de Estudos Portugueses.

Moçambique não constitui um caso particular no panorama problemático dos países do continente africano. Contudo, o facto de ser considerado o país mais pobre do mundo, e, ao mesmo tempo, estar, neste momento, a tentar consolidar o processo de paz, com a instauração de um regime político, em conformidade com os modelos estabelecidos pelo Ocidente, não deixa de ser uma situação, de um certo modo, dramática e interessante. Dramática, pelo facto de que, regimes chamados democráticos, à moda dos países ocidentais, terem custos que só de brincadeira se pode considerar que Moçambique seja capaz de implementar, usando plenamente a prerrogativa consagrada, de ser este, supostamente, um país independente e soberano, que quer preservar a sua dignidade e deve merecer o devido respeito; interessante, porque nos parece a todos, que estamos numa situação encenada, em que todos fazem de conta que acreditam no que se diz, como se, de repente, bastasse apenas anunciar que se pretende ir numa determinada direcção. e tal acontecesse, da mesma maneira como nos contos maravilhosos da tradição oral.

Quando a Frelimo, o Movimento de Libertação que conduziu o País à independência, tomou conta do poder, instituiu um regime de partido único, em Moçambique, à semelhança da generalidade dos países africanos, na época. Isso aconteceu em 1975, e, posso afirmar com toda a certeza, que foram poucos os moçambicanos que puseram em causa tal realidade. Partido único ou multipartidarismo eram vivências que pouco ou nada diziam às populações, se considerarmos que a questão de regimes políticos, tal como hoje costuma ser colocado pelas potências e repetido até à exaustão por todos os meios de comunicação a elas afectos, decorre de um equívoco, pelo menos no que diz respeito aos países africanos, desde que no final do século passado, essas potências europeias decidiram repartir o continente africano segundo os seus interesses, sem qualquer respeito nem a mínima sensibilidade pelas formas de tradição cultural e de governação que os povos desse mesmo continente, já possuíam. Por outro lado, a generalidade das elites urbanas, que eram o fruto resultante da vivência mais directa com o estado e a sociedade colonial, e que, de certo modo, estiveram na vanguarda da movimentação nacionalista organizada que levou à ruptura com esse mesmo estado, tinha aderido, com sinceridade, a maior parte, ou por oportunismo, outros tantos, ao projecto que o Movimento de Libertação preconizava, embora lhe faltasse um projecto político mais consedâneo com a realidade dos povos a quem se destinava o objectivo da sua luta. Deste modo, os equívocos aparecidos,

em Moçambique, têm a sua origem exactamente nessa falta de referências que escapou à generalidade da geração que conduziu a África à independência.

Do meu ponto de vista, os problemas que se abatem sobre o País não decorrem do facto de o regime implantado ter sido de partido único, basta rever o entusiasmo com que certas medidas foram recebidas pela generalidade do povo, mesmo aquelas que eram de natureza mais revolucionária e que, eventualmente, chocaram de imediato, as mentalidades tão conservadoras das gentes africanas. Moçambique foi, certamente, vítima e refém das opções político-ideológicas relacionadas com a natural obrigatoriedade, impossível de evitar, de alinhamento no conflito ligado à divisão do mundo pelos critérios definidos pela guerra fria e pela clivagem Leste/Oeste. E é aqui que os dirigentes moçambicanos, que tão bem souberam conduzir o País à independência, não souberam, por outro lado, subtrair-se às jogadas de sedução e alinhamento, que caracterizavam a política externa das Grandes Potências e seus seguidores, perdendo, com isso, a sensibilidade, relativamente às questões e problemas legítimos do povo e as referências do País real, o que veio a permitir o surgimento de contradições, habilmente exploradas pelo exterior, de tal forma, que o mundo foi informado de que a guerra subsequente que depois surgiu, no país, era travada entre comunistas e anticomunistas. Apece perguntar, naturalmente, quais eram os fundamentos ideológicos que na realidade possuíam os protagonistas deste cenário para se assumirem com real convicção do seu estado de ser ou não ser comunista, se subtraímos uns tantos ideólogos saídos das escolas europeias que polvilhavam o Movimento de Libertação? Por outro lado, a conjuntura em que se vivia, na África Austral, onde a África do Sul estava muito agressiva, não permitiu que Moçambique testasse, com êxito, o modelo de desenvolvimento que se propunha seguir, o que veio, aparentemente legitimar a razão da disputa. Não posso esquecer, naturalmente, a ascensão à plataforma do poder, de muita gente oportunista e incompetente, que ajudou a paralisar o sistema e trouxe o vírus da corrupção consigo, introduzindo-o nesse sistema de tal forma que transformou a máquina do Estado num espaço onde se busca formas de enriquecimento rápido e não um lugar de planificação e decisão sobre o melhoramento das condições de vida dos seus cidadãos.

O conceito de democracia, tal como o concebemos e o entendemos, decorre de um processo de sedimentação cultural e sócio-económico que

séculos de história assim no-lo demonstra. Os valores subjacentes a esse conceito, nomeadamente, a escolha livre e universal dos dirigentes, o direito à justiça, à liberdade de expressão e de opinião, em suma, tudo quanto tem sido considerado como sendo o espaço do respeito dos “Direitos Humanos” emergem de uma conjuntura social económica e cultural muito ligada a um percurso histórico da civilização ocidental, com as contradições havidas nesse mesmo percurso, relativas à base fundamental do seu substrato cultural, o cristianismo, bem como a sedimentação dos saberes acumulados a partir de outras contradições de natureza político-ideológica, de que as ideias liberais e o consequente individualismo assim o testemunham.

O sucesso económico e o consequente poderio financeiro e militar deste espaço não legitimam, à priori, este modelo como sendo o mais adequado e aplicável em qualquer quadrante e espaço cultural e civilizacional do nosso globo. Aliás, assim o desmente o surgimento de outros espaços com sucesso económico e que preservam os seus próprios modelos culturais como base de exercício do poder. Por isso, todo o debate que hoje se coloca, praticamente, em todos os foruns internacionais que se preocupam com estas matérias, vai na direcção de que se deve reflectir ponderadamente, se, com o fim da guerra fria, não terão os povos ficado mais desprotegidos perante a arrogante posição de força e quem sabe, até pode ser que com alguma dose de real convicção, de quem se autorga a si próprio o direito e o dever de transformar o mundo à sua imagem e semelhança. Por outras palavras, verificamos, hoje, que a natureza de conflitos que, um pouco, vão aparecendo por toda a parte, acabam por receber receitas semelhantes, como se, de repente, as sensibilidades culturais se tivessem desvanecido e que a aspiração última da humanidade fosse uma só: viver o estilo implantado pelos países mais poderosos.

A experiência tem se encarregado de levar, pouco a pouco, à falência, tal visão míope da ordem que se pretende para o mundo. Os exemplos de fracasso, na aplicação de receitas comuns para todos os quadrantes, tem-se multiplicado, um pouco, por todo o lado. Não se pode dizer que tenhamos entrado, numa fase de desorientação. Contudo, o facto de a comunidade ocidental, que de certa forma está na vanguarda do mando das coisas da terra, não estar a conseguir resolver a contento, um conflito intramuros, (refiro-me ao conflito balcânico), infelizmente para os antigos habitantes da Jugoslávia, mas com vantagens históricas, na medida em que dele se podem retirar grandes lições para os restantes

povos do mundo pobre, devemos vir a assistir a uma outra atitude de mais ponderação na avaliação que se tem feito sobre os diversos conflitos. Assim entendo o empenhamento paralelo e praticamente com o mesmo grau de preocupação, que os organismos internacionais vocacionados para a manutenção da paz, no mundo, tem demonstrado, relativamente aos focos mais quentes do panorama mundial, nomeadamente: Médio Oriente, Camboja, Angola, ex Jugoslávia, Somália, Moçambique, África do Sul, Iraque, Timor, Sudão... e outros. Mas, se é verdade que existe essa predisposição de demonstrar que estão atentos, os métodos preconizados têm-se apresentado com erros de avaliação da natureza dos conflitos, bem como erros de conhecimento dos protagonistas, que, muitas vezes, a intervenção para restabelecer o clima de paz, acaba por ter efeitos contrários. Perversamente, a dinâmica dos processos acabam por obrigar as potências a avaliar melhor como devem intervir, no mundo, para não acabarem por ser reféns da sua própria estratégia de domínio, a questão do golpe militar, na Argélia, que a generalidade dos países ocidentais apoiou, para impedir que, num processo eleitoral democrático, estabelecido segundo as regras desses mesmos países ocidentais, que uma força hostil, utilizando essa mesma regra do jogo, pudesse triunfar, mostra, claramente, que o ocidente não está totalmente empenhado na implantação do seu modelo, se para tal vislumbrar que pode correr algum perigo, ou se de alguma forma os seus interesses são postos em causa. Os exemplos são muitos, por questão de solidariedade, permito-me lembrar aqui, com indignação reforçada, o silêncio cúmplice que os mais poderosos países ocidentais tem patenteado, perante o drama do povo timorense.

Tem-se assistido, por outro lado, o aparecimento do tentador e perigoso cenário em que as potências radicalizam os seus pontos de vista, tentando impor à força os seus modelos. Estaremos a entrar numa nova fase de colonialismo de contornos ainda muito difusos, mas que tem sido ensaiado, nos últimos anos, um pouco, pelo terceiro mundo. Por enquanto, ainda lhe chamam "Direito de intervenção", assistimo-lo em Granada e no Panamá, silenciosamente, aplaudimo-lo, na Somália, no Camboja, aspiramos por ele, em Angola. Não deixa, porém de ser uma atitude que classificaria de cínica, hipócrita e tragicamente demagógica armar senhores da guerra que vão destruir frágeis infraestruturas de estados embrionários, provocando o sofrimento de milhões de pessoas inocentes, em função das suas ambições pessoais, muitas vezes inconfessáveis, para depois aparecer quem proporcionou tal situação, a invocar o tal direito de intervenção.

Esta questão leva-nos a um outro problema também grave, no contexto da governação dos países, no terceiro mundo, em particular, em África. Os dirigentes africanos, na sua generalidade, não nasceram corruptos, nem era esse o seu objectivo, quando se lançaram na aventura nacionalista, lutando contra as potências coloniais. O desencanto que têm provocado esses mesmos dirigentes, na medida em que quase todos os países africanos tem ainda no poder, a geração do confronto com os colonialistas, por levarem os seus países à bancarrota, e as acusações de alta corrupção, na maior parte, comprovadas, não lhes deixa grandes margens de manobra para actuarem, de cara levantada, o que, naturalmente, os torna prisioneiros de decisões, muitas vezes lesivas da dignidade humana dos seus próprios povos. É neste contexto, que o mundo aplaudiu a intervenção americana, na Somália, e hoje, olha, com uma profunda apreensão, o desenrolar dos acontecimentos. A derrapagem dos processos suportados pela teoria do direito de intervenção, também no Camboja e possivelmente na Bósnia, vai pôr a nu, a necessidade de uma nova perspectivação para a resolução dos conflitos existentes e a necessidade também de melhor prevenir o eclodir de outros tantos. O planeta é só um, por isso, as guerras não estão tão distantes como pode parecer para quem viva afastado dos campos das batalhas. Assim, o surgimento de uma nova classe política, limpa de envolvimento com os terrenos pouco claros do compromisso e da corrupção faz-se sentir, pois a sua presença vai ajudar os poderosos a avaliar da melhor forma os novos conceitos de política externa que pretendem introduzir, nas suas relações com as nações mais pobres, que estão em conflito, ou se colocam em desacordo declarado com os seus pontos de vista ou então, põem em questão os seus interesses estratégicos. Essa nova classe política teria a vantagem de não se encontrar prisioneira de qualquer compromisso dos muitos que as gerações anteriores protagonizaram.

A generalidade dos observadores acreditou que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa constituíam um caso singular, no panorama dos países africanos independentes. Vários factores assim o determinavam: o processo de luta para o acesso à independência tinha criado nos seus quadros nacionalistas uma mentalidade que preconizava o surgimento de um modelo de nação/estado com base na síntese decorrente das várias clivagens provocadas pelas contradições do estado e da sociedade colonial; foi neste quadro, por exemplo, que os descendentes dos portugueses, brancos, portanto, participaram com igual empenho nas tarefas da

reconstrução nacional, porque a ideia de nacionalidade então estabelecida se fundava essencialmente, num projecto cultural e ideológico que tentava neutralizar as várias componentes centripetas de base racial e étnica. Assim, nestes países, era comum ouvir ou ler palavras de ordem que sublinhavam a superioridade do conceito de arracialidade sobre o de multirracialidade, o que permitia despistar a questão sempre difícil de lidar, que é o das minorias, e se considerava o tribalismo como inimigo principal. Por outro lado, o clima revolucionário exigia uma base sólida de produção ideológica e teórica, que, naturalmente, vinha dos extractos mais instruídos dessa sociedade e, como era óbvio, também e principalmente das camadas mais claras. Do meu ponto de vista, as guerras devastadoras que assolaram os dois principais países deste grupo tem como razão fundamental, não os problemas de ordem meramente ideológica, comunistas contra anticomunistas, mas fundamenta-se naquela perplexidade demonstrada pela restante África negra perante a singularidade e quiçá ingenuidade com que se aventuraram ao tentar implantar regimes que desafiavam a lógica do que estava estabelecido. O primeiro sinal de colapso do projecto em causa, foi dado pelo golpe de estado que Nino Vieira liderou, na Guiné Bissau, afastando Luís Cabral do poder e com ele, deitando abaixo o sonho de Amílcar Cabral de unidade entre a Guiné e Cabo Verde. No fundo, Nino Vieira tornava o seu país mais próximo dos padrões dos países da África Ocidental, que é onde se encontra. Fomos testemunhas da grande frustração que o tal golpe de estado trouxe aos restantes países de língua portuguesa, e a leitura do comunicado produzido na sequência da reunião de Luanda assim o demonstra. Samora Machel pressentiu o precedente que tal facto criava e não escondeu o seu empenho pessoal em liderar, ingloriamente e sem sucesso, uma campanha que trouxesse de volta a ordem anterior. Podemos afirmar que, com o golpe sobre o projecto do mais prestigiado nacionalista de língua portuguesa, Amílcar Cabral ensaiava-se, nestes países todos, um processo de desmitificação do Movimento de Libertação que os conduziu à independência, o que permitiu que os seus erros fossem capitalizados pelas forças adversas que de dentro e de fora, foram roendo as suas estruturas de sustentação. Assim, foi com naturalidade determinista que vimos desenvolver-se as guerras, em Angola e em Moçambique, bem como assistimos com uma certa pena que os nacionalistas da geração de Amílcar, Agostinho Neto e Samora, tivessem sido batidos e afastados do poder nos processos eleitorais que decorreram nos dois países insulares deste grupo, Cabo Verde e São

Tomé e Príncipe. Por outro lado, foi sintomático o espanto e o clima de surpresa geral que se instalou na mente de todos aqueles que olhavam com muita admiração e simpatia o pragmatismo político dos nacionalistas moçambicanos, quando durante as discussões sobre a revisão da lei de nacionalidade, alguns dos mais prestigiados antigos combatentes, alguns dos quais tendo ocupado, sempre, lugares de grande responsabilidade governativa, desde a independência do País, defenderam com determinação e até ferozmente a sua modificação, preconizando um articulado que, na prática, retiraria a nacionalidade moçambicana de origem a uma substancial parte das camadas mais claras da sociedade. Os dados que estão lançados a partir da quebra dos compromissos assumidos perante a comunidade internacional, no processo angolano, no qual, Savimbi desafiando tudo e todos, lançou o País num processo imprevisível, levam-me a pensar que a questão fundamental reside numa disputa infernal de tentar impor, em Angola, um dos dois modelos de nação: aquele que considera que o embrião da nacionalidade provém das camadas urbanas que herdaram da sociedade colonial o substracto cultural que se sintetizará e consolidará com as contribuições diversas do conjunto das culturas rurais presentes no todo territorial, tal como o previram os romancistas e os poetas, ou se, pelo contrário, Angola não constituirá a sua nacionalidade com base no retorno às raízes e à autenticidade rural emanando a partir dali a matriz essencial do seu ser multifacetado étnico e cultural, evidenciando portanto as diversidades, numa perspectiva de um estado, várias nações e culturas.

Naturalmente que seguindo o raciocínio que venho mantendo, as questões relacionadas com a democracia e liberdade, tal como as entendem as potências ocidentais, não poderão constituir o pano de fundo, nas transformações que estão a operar-se, nestes países. No que diz respeito a Moçambique, por exemplo, considero escandaloso e humilhante que se fale se discuta e se perca tempo com eventuais eleições ditas democráticas segundo os parâmetros ditados de fora, e se perfilarem, no horizonte, disputas entre políticos feitos à pressa e aprendizes de políticos, algumas vezes ridicularizados por este mundo fora, quando uma larga percentagem do seu povo passou largos anos vegetando em campos de refugiados, sem qualquer dignidade humana. Se votar é exercer um direito de dignidade civil e de liberdade, parece-me que a preocupação fundamental de todos aqueles que julgam ter alguma missão a cumprir, na História da sociedade moçambicana, seria devolver ao povo a dignidade perdida.

Fora disto, corremos o risco de ver, num futuro muito próximo, esse mesmo Ocidente que hoje tem pressa em ver implantado um regime segundo os seus critérios e gosto, proclamar a necessidade e o direito de intervir, para prevenir o caos e a miséria.

A terminar, gostaria apenas de realçar que falta aos moçambicanos, ainda, aquela reflexão sobre que modelo pensam eles que têm dentro da cabeça, coisa que, infelizmente, os angolanos estão a discutir com as armas, porque, na realidade, não se pode falar de conceitos tão abstractos liberdade e democracia, para uma determinada sociedade, se não estiverem bem claras e estabelecidas as condições reais que permitam a objectivação desses conceitos.

P.S. Conferência proferida em Berna, Suíça, no âmbito do programa sobre os direitos do homem realizado em Viena na mesma altura.